



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO GESTOR DO IPAM

ATA Nº 13/2009

Aos dois dias do mês de junho de dois mil e nove, às quatorze horas e vinte minutos, na sala de reuniões do IPAM, em Reunião Extraordinária, verificado o quórum, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Gestor do IPAM-Saúde: Carlos Alberto Rodrigues Machado, José Marly dos Santos Brando, Eliane Silvestrin Saretta, João Dorlan da Silva, Conselheiros titulares juntamente com o Conselheiro suplente: José Carlos Matos. Foram convidados para participarem da reunião o Sr. Guilherme Fardin (atuário do Instituto) e os Conselheiros Sr. Marcos Antônio da Silva, Sra. Maria Cristiane Vieira da Silva e a Sra. Inês Natália Colombo Bartelle, Membros do Conselho Fiscal do IPAM-Saúde. A reunião foi iniciada com a justificativa da ausência dos Conselheiros Sr. Gustavo Valente Ruivo, devido o mesmo estar resolvendo uma situação junto ao SAMAE e da Sra. Clairi Tedesco, por não poder se ausentar de seu local de trabalho nesta data. A reunião foi iniciada com o Sr. Brando, Presidente do Conselho Gestor, agradecendo a presença do Conselho Fiscal e do Sr. Fardin e reforça que o plano fez um ano em dezembro passado e que já teríamos que estar de posse desta nota técnica atuarial. Tendo em vista que tinha o entendimento que alguns fatores moderadores que foram introduzidos dentro da Lei somente seria possível a análise da efetiva eficácia a partir da nota técnica. Solicita que o Sr. Fardin apresente dados pontuais referente à Lei nº 298. Salienta que a nota técnica atuarial é de interesse tanto do Conselho Gestor quanto do Conselho Fiscal na medida em que possamos através dela melhorar o trabalho que está sendo realizado. O Conselheiro Marcos pontua que na última reunião que houve entre os Conselhos, foi comentado que os membros do Conselho Fiscal gostariam de estarem embasados de que forma o relatório está sendo trabalhado dentro do Conselho Gestor, e qual a visão que o Conselho tem para sanar grande parte deste relatório que foi elaborado em 2005 (dois mil e cinco). O Conselheiro Brando acrescenta **que é um norte que estamos seguindo e que num outro momento iremos trabalhar melhor este relatório, de posse das informações.** Reforça que após a apresentação da nota atuarial verificaremos onde acertamos, onde erramos e onde podemos melhorar. O Sr. Fardin entregou oficialmente a Nota Técnica e faz a observação de que ela está sendo entregue somente agora em função de que o custeio do plano entrou em vigor 90 (noventa) dias após a publicação, ou seja, o início foi em março de 2008. Salienta que esta avaliação que está sendo apresentada foi feita em 30 (trinta) dias. Ele destaca os seguintes pontos: 1º. Este é o primeiro estudo que está sendo avaliado do novo plano, pois antes tínhamos apenas perspectivas e projeções. É uma mudança radicalmente imposta no critério estrutural do plano de Caxias. Frizza que esta Nota Técnica irá demonstrar apenas alguns pontos porque o relatório é verde, no sentido de expressar com exatidão o que o novo plano vai demonstrar. Cita como exemplo do que esta nota está demonstrando é o impacto da entrada dos maridos que será observado com mais clareza a partir deste ano. Reforça que em relação a este aspecto continuamos a trabalhar em cima de hipóteses e será necessária uma nova avaliação ainda este ano. 2º. O custeio do plano ficou muito próximo do que havia sido previsto. Na concepção do plano foi dimensionada uma hipótese para composição do custeio em que o grupo de participantes se alocaria em aproximadamente 70% (setenta) para o Plano Familiar e 30% (trinta) para o Plano Individual. Após a análise da base de dados, verificou-se que a hipótese prevista inicialmente aproximou-se, pois constatamos a presença de 66,81% (sessenta e seis virgula oitenta e um por cento) dos participantes inscritos no Plano Familiar e 33,19% (trinta e três virgula dezenove por cento), no Plano Individual. Através da análise da base ficou demonstrado que existem 15.376 (quinze mil, trezentos e setenta e seis) participantes. Acrescenta que o plano está baseado



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

no salário e não por idade. 3º. Informa que, em relação aos gastos e aos fatores moderadores, as medidas que foram adotadas funcionaram, mas não na escala que o plano necessita. Em sua opinião temos que buscar maiores resultados em alguns pontos, e destaca os gastos com Farmácia, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia. Além da avaliação de contratos com os prestadores de serviço e a gestão do plano, por exemplo, alguém que avalie se o exame que está sendo solicitado realmente é necessário. Visando com o isso a redução do mau uso e a redução de gastos. 4º. Considera três pontos chaves que devem ser observados para que se consigam melhores resultados: a) O aspecto natural em função do avanço no campo do desenvolvimento tecnológico da medicina curativa. Salienta que alguns procedimentos que antes as pessoas não faziam, como por exemplo, uma cirurgia da coluna, hoje, devido a este avanço está sendo observado um aumento na utilização destas novas técnicas por parte dos segurados. Estes aspectos ficam claros diante do gasto de 09 (nove) milhões em hospitais no ano de 2008. b) O envelhecimento da população que gera um gasto atual e evita um no futuro. Menciona que a utilização não é necessariamente por motivo de doença, mas por motivos de prevenção, e ressalta que a idade média dos segurados titulares do plano é 49 (quarenta e nove) anos. Acrescenta que este fenômeno ocorre naturalmente e de certa forma auxilia positivamente para que o plano não obtenha gastos futuros de maior relevância, uma vez que adotando o comportamento preventivo o segurado estará contribuindo para uma economia em gastos com saúde de maior relevância com por exemplos as doenças graves. c) O envelhecimento, propriamente dito, da população. Reforça que a gestão vai ser o fator primordial no equilíbrio do plano, tendo em vista que ele é baseado na arrecadação. Em sua opinião, devemos nos focar na prevenção e na utilização porque estruturalmente o plano está bem desenhado. Destaca que existe a necessidade de um maior rigor no que se refere à fiscalização das utilizações. O Sr. Fardin reforça que este é um plano com apenas um ano de uso e que somente daqui para frente poderemos analisar realmente como ele irá se portar. Ele pontua três grandes avanços no plano: a) Plano familiar. b) Plano individual. c) Teto de contribuição. Menciona que o plano foi audacioso e que é modelo dentro do Rio Grande do Sul. Na opinião do Conselheiro José Carlos temos que ter fatores moderadores, mas sempre manter a qualidade e que algumas medidas de contenção foram feitas a margem da Lei e teremos que revisar algumas e adequar. O Conselheiro Brando comenta que a valorização do trabalho da Comissão Paritária passa dentro do plano. Outro ponto importante é que, a Lei deixou muitas situações em aberto, mas as Resoluções irão fechar e, conta com a participação dos servidores do Instituto para melhor atender os anseios dos associados. O Conselheiro Marcos diz que não podemos, não temos tempo e nem folga para errar. Principalmente porque o que está dando sustentabilidade são os contribuintes. Foi relatado pelo Sr. Fardin que estamos tendo um avanço no sistema de informática que está sendo estudado pelo Sr. Osvaldo. O Conselheiro Marcos diz que não buscamos lucro e que o nosso lucro é a qualidade, mas que também pode vir a ser um prejuízo de qualidade. Uma delas nós poderemos trabalhar e a outra nós iremos atrás. O Sr. Fardin questiona que se estivéssemos partindo do zero, sem que nunca tivéssemos um plano, se a questão do artigo 181 (cento e oitenta e um) seria citada e se teríamos a mesma concepção no que se refere a medicamentos. Ele responde que com certeza não e acrescenta que tem pontos que nós temos no plano onde existe escapamento de dinheiro que temos que aguentar, mas temos que melhorar. Para ele, o artigo 181 (cento e oitenta e um) foi solucionado, mas ele veio por uma questão negociável e tecnicamente falando a negociação não pode existir. A Conselheira Eliane salienta que 20% (vinte) do plano é gasto com o artigo 19 (dezenove). Acrescenta que, hoje, existem 876 (oitocentos e setenta e seis) estão enquadrados, dentro de um universo de 15.376 (quinze mil, trezentos e setenta e seis) usuários. Relata que conforme é comentado pelos servidores da Biometria tem exames periódicos, por exemplo, que o médico solicita que sejam realizados e que não haveria necessidade com a frequência solicitada. O Presidente do IPAM, Sr. Carlos, reforça que estas são as medidas que devemos tomar. Acredita que é importante ter medidas de gestão, de controle, mas



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

defende que estas medidas devem sempre manter o equilíbrio e a qualidade. Além de termos o cuidado para que o usuário não fique sem o atendimento. Menciona que no que se refere ao artigo dezenove é favorável a existência dele e espera nunca precisar utilizá-lo. A Conselheira Inês acredita que o artigo mencionado é um dos motivos de alguns segurados não terem saído do plano. O Sr. Fardin menciona que tecnicamente avançamos bastante e muito bem na estruturação, mas temos que avançar no quesito administrativo, pois o objetivo é dar qualidade aos serviços. Para o Conselheiro Marcos muitas vezes o usuário não está usando de má fé. Em sua opinião, o que acontece é que as solicitações são realizadas, algumas vezes, pelos credenciados de forma inadequada. Saliencia que temos, hoje, uma auditoria de glosa e não de fiscalização. **O Conselheiro Dorian comenta que o nosso plano, que é obrigatório, se comparado a outros planos tem coberturas diferenciadas, mas faltam algumas questões, como por exemplo, mecanismos de controle que devem ser revistos e atualizados, mas mantendo a mesma qualidade.** Além de que devemos nos debruçar em cima de questões básicas como: auditoria, gastos com hospitais, clínicas, laboratórios, farmácia e a despesa administrativa, visando conseguirmos uma forma de reduzi-los. Acredita que nunca devemos negar os direitos dos associados. Ele demonstra preocupação, pois os dados apresentados sinalizam um alerta. A Conselheira Eliane esclarece que não quis em nenhum momento dizer que é contra o artigo 19 (dezenove), mas sim a favor de um controle e da verificação do custo dos medicamentos que estão sendo vendidos para estas patologias. Em sua opinião, o Instituto deveria procurar medicamentos mais baratos. Defende que temos que aumentar os benefícios concedidos para os usuários. O Conselheiro Brando comenta que participou da Comissão que trabalhou o plano de saúde e, no que diz respeito ao artigo 19 (dezenove) tinha a informação que a cardiopatia grave era a patologia que mais tinha enquadramento. Argumenta que diante deste fato poderíamos montar uma equipe multidisciplinar e de apoio (cardiologista, nutricionista, psicólogo) para acompanhar estas pessoas. Ele acredita que esta medida acarretaria numa redução de custo na farmácia. Outra doença que apresenta uma incidência grande é a diabetes que também poderia ser beneficiada com esta equipe. O Conselheiro Marcos questiona ao Conselheiro Brando se ele se deu conta da importância do que ele está falando. Pontua que esta proposta representa dois ganhos: um se refere à farmácia e outro ao funcionário. Temos que trabalhar com dois enfoques, pois a qualidade do funcionário público é a qualidade do serviço prestado para a comunidade. O Sr. Fardin defende que sabemos quem é o nosso associado e que temos como desenhar de onde vêm os problemas e, com estes dados temos como realizar trabalhos preventivos junto aos usuários saudáveis que é também uma maneira de economia. Para o Conselheiro Marcos temos que usar a técnica do começo, meio e fim. O Conselheiro Dorian comenta que o empregador sempre tem a visão que já tem muitas tarefas e encargos e, que já está contribuindo muito para o plano. Acredita que eles deveriam ter o entendimento que o servidor tem que ter qualidade de vida, ter motivação, fazer um trabalho à altura e dar retorno. Para o Conselheiro Brando muitos colegas não têm por parte do ente empregador, da sua Secretaria de seu imediato e dos departamentos de pessoal, aquele encaminhamento que deveriam ter. Isso infelizmente é uma realidade, pois existem colegas que são deixados de lado, ou seja, eles não estão nem inseridos dentro do grupo de trabalho e muito menos eles estão inseridos como um prestador de serviço para a comunidade. Esta é uma situação que não pode acontecer porque se o plano de saúde tem uma responsabilidade para propiciar a cura dele, entre aspas, o ente empregador também tem a sua responsabilidade. Até houve alguns programas, como o Bem Viver, mas não houve a sensibilidade de parte de alguns administradores. Na opinião do Conselheiro Marcos partimos do ponto que, felizmente temos a vontade de fazer as coisas e somos formadores do lucro social. Temos dados para trabalhar e enquanto Conselho Fiscal, apesar de não ser trabalho nosso, podemos trabalhar em cima desses dados a questão técnica. O Sr. Fardin menciona que se trabalharmos na origem chegaremos onde foi mencionado. Reforça que é mais vantajoso para o Instituto trabalhar com a questão

Marcia



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM**

preventiva. O Conselheiro Dorlan acredita que temos que criar uma estrutura porque não são somente as resoluções que irão regradar e sanar as situações existentes. Para os Conselheiros Marcos e Eliane além de nomear novos servidores é preciso qualificar quem está trabalhando. O Conselheiro Marcos relata que no levantamento apresentado pelo Conselho Fiscal do IPAM-Saúde consta que o setor de contas não está estruturado e com certeza ali existe uma fuga de recursos por falta de controle. Salienta que não é somente o sistema de informática que deve ser melhorado, mas também dar uma estrutura adequada para os servidores do setor, dando condições de trabalho. A Conselheira Cristiane acrescenta que foi realizado pelo setor de contas um lançamento na conta de reposição de um segurado falecido que não poderia ter sido realizado, mas ressalta que o sistema permite. Em relação aos valores descontados referentes à contribuição do IPAM-Saúde, ela informa para os presentes que o Sr. Armando Andreazza, responsável pelo Setor de Informática da Prefeitura, entrou em contato afirmando que não estava sabendo que o sistema não estava realizando o cálculo das contribuições e que a contar do mês que vem será processado. Na opinião do Presidente do IPAM, Sr. Carlos, a leitura que o servidor faz, e não tira a razão dele, é que este numerário vem para o IPAM, então ele diz que o erro é aqui no Instituto. Não interessa dizer para ele que o problema é da administração, ele quer esclarecimentos. Foi acrescentado pelo Conselheiro Brando que o servidor não quer saber desta informação técnica, ele quer saber que houve um desconto e quer uma posição sobre isso. A Conselheira Inês sugeriu que fosse explicado, no site, a forma para realizar o cálculo da contribuição do IPAM-Saúde. O Conselheiro Dorlan sugere que no futuro, caso ocorra mais algum problema, seja comunicado no contracheque com antecedência, que será descontado algum valor, para minimizar problemas. O Sr. Fardin se coloca a disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário. O Sr. Brando agradece a presença e as explicações feitas pelo Sr. Fardin. Foram solicitadas cópias da Nota Técnica Atuarial para o Conselheiro Fiscal e para o Sindicato. Nada mais havendo a relatar eu, Márcia de Araujo, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.

MÁRCIA DE ARAUJO